

## Cláusula 5.ª

**Incumprimento**

O não cumprimento de alguma das cláusulas do acordo por parte da CMB pode levar à devolução da comparticipação financeira por decisão da Secretária de Estado dos Transportes, mediante proposta da DGTTF.

## Cláusula 6.ª

**Omissões**

Em tudo o que o acordo for omissivo, aplicar-se-á a legislação geral, sendo as dúvidas que porventura surjam resolvidas por despacho da Secretária de Estado dos Transportes.

27 de Setembro de 2007. — O Director-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, *António Crisóstomo Teixeira*. — O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, *António Jorge Nunes*.

**Aviso (extracto) n.º 22 367/2007**

Por despacho do subdirector-geral de Transportes Terrestres e Fluviais de 2 de Agosto de 2007, ao abrigo do disposto no despacho n.º 20 695/2007, de 14 de Agosto, foi autorizada a alteração do percurso da carreira regular de passageiros Paços de Ferreira-Paredes (estação) (conc. 901), explorada pela Auto Viação Pacense, L.da, com sede na Rua do Dr. Leão Meireles, 45, 4590-585 Paços de Ferreira, passando a respectiva concessão a designar-se por Paços de Ferreira (EB 2, 3)-Paredes (estação) (por Sobrosa).

18 de Outubro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Odete Ferreira*.  
2611063030

**Aviso (extracto) n.º 22 368/2007**

Por despacho do subdirector-geral de Transportes Terrestres e Fluviais de 25 de Julho de 2007, nos termos do n.º 2 do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de passageiros Modelos-Paredes (estação) (por Cristelo) (conc. 6135), explorada pela Auto Viação Pacense, L.da, com sede na Rua do Dr. Leão Meireles, 45, 4590-585 Paços de Ferreira, passando a respectiva concessão a designar-se por Paços de Ferreira-Paredes (estação) (por Duas Igrejas).

18 de Outubro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Odete Ferreira*.  
2611063029

**Aviso (extracto) n.º 22 369/2007**

Por despacho do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 2 de Agosto de 2007, ao abrigo do disposto no despacho n.º 20 695/2007, de 14 de Agosto, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de passageiros entre Paços de Ferreira-Paços de Ferreira (circulação por Penamaior) (conc. 5626), explorada pela Auto Viação Pacense, L.da, com sede na Rua do Dr. Leão Meireles, 45, 4590-585 Paços de Ferreira, passando a respectiva concessão a designar-se por Paços de Ferreira (escola secundária)-Paços de Ferreira (circulação por Penamaior e Frazão).

18 de Outubro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Odete Ferreira*.  
2611063031

**Aviso (extracto) n.º 22 370/2007**

Por despacho do subdirector-geral dos Transportes Terrestres e Fluviais de 2 de Agosto de 2007, ao abrigo do disposto no despacho n.º 20 695/2007, de 14 de Agosto, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de passageiros entre Figueiró (cruzamento)-Pilar (conc. 3682), explorada pela Auto Viação Pacense, L.da, com sede na Rua do Dr. Leão Meireles, 45, 4590-585 Paços de Ferreira, passando a respectiva concessão a designar-se por Parada (largo)-Pilar.

18 de Outubro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Odete Ferreira*.  
2611063032

**Aviso (extracto) n.º 22 371/2007**

Por despacho do subdirector-geral de Transportes Terrestres e Fluviais de 23 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto no despacho n.º 20 695/2007, de 14 de Agosto, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de passageiros Caçarilhe-Castelo (conc. 6130) explorada pela Auto Viação Landim, L.da, com sede na Praça da República, 4610-116 Felgueiras, passando a respectiva concessão a designar-se por Castelo (Santa Luzia)-Celorico de Basto.

26 de Outubro de 2007. — A Chefe de Divisão, *Odete Ferreira*.  
2611063020

## Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

**Aviso n.º 22 372/2007**

Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no artigo 6.º da Lei Orgânica do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC, I. P.), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 145/2007, de 27 de Abril, e tendo em conta as competências que me foram subdelegadas pelo vogal do conselho directivo do INAC, I. P., Dr. Amândio Dias Antunes, com a faculdade de subdelegar, nos termos do n.º 6 do aviso n.º 20 190/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 19 de Outubro de 2007, subdelego:

1 — No director-adjunto da Direcção de Pessoal Aeronáutico, comandante Alberto Fernando, a competência para:

1.1 — Na área técnica:

1.1.1 — Emissão, revalidações e averbamentos de qualificações, em licenças de pilotos profissionais;

1.1.2 — Aprovação de cursos e de prorrogações de cursos;

1.1.3 — Aprovação de dirigentes e de instrutores de voo das organizações de formação de pilotos;

1.1.4 — Emissão de validações para pilotos estrangeiros;

1.1.5 — Revalidação de certificados de FTO e TRTO;

1.1.6 — Revalidação de certificados de RF e de organizações de formação de PU;

1.2 — Na área de gestão geral:

1.2.1 — Toda a correspondência que envolva a tramitação dos processos previstos no número anterior, à excepção dos despachos de indeferimento.

2 — No engenheiro técnico António Cabrita, na sua qualidade de chefe de departamento de Organização de Formação, a competência para:

2.1 — Na área de manutenção:

2.1.1 — Conversão de licenças ICAO para licenças Parte 66 para técnicos de certificação de manutenção de aeronaves;

2.1.2 — Emissões, revalidações e averbamentos de qualificações em licenças Parte 66;

2.1.3 — Supervisão das organizações de formação MTO/Part 147;

2.2 — Na área de gestão geral:

2.2.1 — Toda a correspondência que envolva a tramitação dos processos previstos no número anterior, à excepção dos despachos de indeferimento.

3 — Subdelego no chefe de departamento do Licenciamento, Arnaldo Melo Dias, a competência para:

3.1 — Na área técnica:

3.1.1 — Emissão e revalidações de cartões de aluno;

3.1.2 — Abertura de cadernetas de voo;

3.1.3 — Certificados de experiência profissional;

3.1.4 — Emissões, revalidações e averbamentos de licenças de pilotos não profissionais;

3.2 — Na área de gestão geral:

3.2.1 — Toda a correspondência que envolva a tramitação dos processos previstos no número anterior, à excepção dos despachos de indeferimento.

4 — O presente aviso produz efeitos desde a data da sua publicação.

5 — A presente subdelegação de competências não prejudica os direitos de direcção, avocação e superintendência, conforme previsto no artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo.

6 — De acordo com o artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados os actos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 12 de Março de 2006.

19 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços de Pessoal Aeronáutico, *Maria Leonor Ribeiro de Moraes Caldas Duarte*.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

## Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 26 205/2007**

Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei

n.º 211/2006, de 27 de Outubro, com todas as alterações em vigor, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeado, em regime de comissão de serviço, para o cargo de coordenador executivo para a promoção da segurança e saúde no trabalho da Autoridade para as Condições do Trabalho o licenciado Luís Filipe do Nascimento Lopes.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem ainda, como suporte, o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

Luís Filipe do Nascimento Lopes, nascido em Lisboa a 1 de Agosto de 1956, casado, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, profissionalização em exercício, pela Universidade Aberta de Lisboa, curso de formação de formadores do CEFOSAP, foi membro do conselho geral do ex-IDICT (Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho); membro do grupo de negociação «Condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade» da comissão permanente de concertação social e, posteriormente, da comissão de acompanhamento do acordo sobre essa matéria; membro da comissão de acompanhamento da implementação da legislação relativa aos serviços de SHST; membro da comissão de acompanhamento do programa de adaptação dos serviços de SHST; membro da comissão de acompanhamento do fundo de acidentes de trabalho; membro da comissão técnica especializada para a creditação dos técnicos e técnicos superiores de higiene e segurança; membro da delegação portuguesa do projecto europeu «A responsabilidade social das empresas e parceiros sociais no sistema de relações industriais dos países da União Europeia»; membro da comissão do livro branco para a organização dos serviços de prevenção; membro do grupo de trabalho para a revisão e alteração do relatório anual de actividades de SHST. No campo da docência e formação, é co-autor do *Manual de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho*, editado pela UGT, com o apoio do ex-IDICT; tendo coordenado vários cursos de SHST para representantes dos trabalhadores organizados pela UGT; coordenador pedagógico do curso de técnicos de segurança e higiene no trabalho (nível III) do CEFOSAP, homologado pelo ex-IDICT. Formador na área da segurança, higiene e saúde no trabalho para nacionais dos PALOP no Centro de Formação da OIT, em Turim. No âmbito de actividades desenvolvidas a nível internacional, foi membro do comité consultivo para a segurança, higiene e a protecção da saúde no local de trabalho da União Europeia (comité do Luxemburgo); relator do grupo *ad hoc* agência de Bilbao do acima referido comité consultivo; membro do grupo *ad hoc* radiações ópticas do acima referido comité consultivo. Actualmente desempenha funções como vice-presidente do conselho de administração da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (Agência de Bilbao) tendo assumido por duas vezes o cargo de presidente do referido conselho de administração (2002 e 2005). É também relator dos informes nacionais sobre aplicação prática da transposição das directivas n.ºs 93/103/CEE (pesca) e 92/29/CEE (assistência médica a bordo de navios). Foi relator da 1.ª reunião conjunta Estados Unidos da América/União Europeia para a SHST, realizada em 1998, no Luxemburgo; membro da delegação europeia à 2.ª reunião conjunta Estados Unidos da América/União Europeia para a SHST, realizada em 2000, em São Francisco; membro da delegação europeia à 3.ª reunião conjunta Estados Unidos da América/União Europeia para a SHST, realizada em 2003, na Grécia; coordenador do seminário «28 de Abril dia nacional da prevenção — Que prevenção».

##### Despacho n.º 26 206/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeado, em regime de comissão de serviço, para o cargo de subdirector-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho o licenciado Luís Filipe do Nascimento Lopes.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem ainda, como suporte, o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Setembro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

Luís Filipe do Nascimento Lopes, nascido em Lisboa a 1 de Agosto de 1956, casado, licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, profissionalização em exercício pela Universidade Aberta de Lisboa, curso de formação de formadores do CEFOSAP, foi membro do conselho geral do ex-IDICT (Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho); membro do grupo de negociação «Condições de trabalho, higiene e segurança no trabalho e combate à sinistralidade» da comissão permanente de concertação social e, posteriormente, da comissão de acompanhamento do acordo sobre essa matéria; membro da comissão de acompanhamento da implementação da legislação relativa aos serviços de SHST; membro da comissão de acompanhamento do programa de adaptação dos serviços de SHST; membro da comissão de acompanhamento do fundo de acidentes de trabalho; membro da comissão técnica especializada para a creditação dos técnicos e técnicos superiores de higiene e segurança; membro da delegação portuguesa do projecto europeu «A responsabilidade social das empresas e parceiros sociais no sistema de relações industriais dos países da União Europeia»; membro da comissão do livro branco para a organização dos serviços de prevenção; membro do grupo de trabalho para a revisão e alteração do relatório anual de actividades de SHST. No campo da docência e formação, é co-autor do *Manual de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho*, editado pela UGT, com o apoio do ex-IDICT; tendo coordenado vários cursos de SHST para representantes dos trabalhadores organizados pela UGT; coordenador pedagógico do curso de técnicos de segurança e higiene no trabalho (nível III) do CEFOSAP, homologado pelo ex-IDICT. Formador na área da segurança, higiene e saúde no trabalho para nacionais dos PALOP no Centro de Formação da OIT, em Turim. No âmbito de actividades desenvolvidas a nível internacional, foi membro do comité consultivo para a segurança, higiene e a protecção da saúde no local de trabalho da União Europeia (comité do Luxemburgo); relator do grupo *ad hoc* (agência de Bilbao do acima referido comité consultivo; membro do grupo *ad hoc* radiações ópticas do acima referido comité consultivo. Actualmente desempenha funções como vice-presidente do conselho de administração da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (agência de Bilbao) tendo assumido por duas vezes o cargo de presidente do referido conselho de administração (2002 e 2005). É também relator dos informes nacionais sobre aplicação prática da transposição das directivas n.ºs 93/103/CEE (pesca) e 92/29/CEE (assistência médica a bordo de navios). Foi relator da 1.ª reunião conjunta Estados Unidos da América/União Europeia para a SHST, realizada em 1998, no Luxemburgo; membro da delegação europeia à 2.ª reunião conjunta Estados Unidos da América/União Europeia para a SHST, realizada em 2000, em São Francisco; membro da delegação europeia à 3.ª reunião conjunta Estados Unidos da América/União Europeia para a SHST, realizada em 2003, na Grécia; coordenador do seminário «28 de Abril dia nacional da prevenção — Que prevenção».

##### Despacho n.º 26 207/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e dos n.ºs 3 do artigo 12.º e 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, com todas as alterações em vigor, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeado, em regime de comissão de serviço, para o cargo de subinspector-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho o licenciado José António de Oliveira Tavares.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem, ainda, como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

José António de Oliveira Tavares, 57 anos, licenciado em Direito (Ciências Jurídicas Políticas) pela Faculdade de Direito da Univer-